

Preocupações de sobra

JORNAL DE BRASÍLIA Lourenço Ferreira do Prado

- 9 OUT 1990

Nesta quarta-feira, os ajustes internos e externos da economia brasileira estarão nas mesas de negociações de Brasília e de Nova Iorque, sem que haja razões para maior otimismo. Em Brasília, os ministros da Justiça, da Economia e do Trabalho sentarão à mesa com representantes de patrões e empregados para nova rodada de busca do entendimento nacional, porém, nada sinalizam de alívio ao maior arrocho salarial já imposto à classe trabalhadora. Em Nova Iorque, o Governo Collor de Mello leva à primeira reunião com o comitê de assessoramento dos bancos credores, como maior trunfo, a ortodoxa e sempre execrada carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Até agora, o entendimento nacional sequer chegou ao diálogo. Ao contrário do que assegurou o presidente Collor de Mello para viabilizar o que entende por pacto social, o Ministério da Economia insiste em impor rigorosos limites ao debate, por exemplo, com a exclusão da política de combate à inflação, e já recebeu o apoio patronal para deixar também de lado a questão salarial.

Sucessivas medidas provisórias ampliam a perda dos trabalhadores, mas a inflação mensal permanece firme perto dos 13 por cento. Por isso, a política antiinflacionária e as perdas salariais têm que ser os pratos fortes na mesa do entendimento nacional. Nesse momento, qualquer outra discussão envolve apenas o sexo dos anjos, com a tentativa incôua do governo de conter a inflação à custa dos assalariados.

Os equívocos da política econômica batem sempre nas costas dos trabalhadores. O aperto monetário eleva os juros a níveis recordes e acelera o processo recessivo da economia, além de impedir que a massa dos trabalhadores de baixa renda tenha acesso aos bens de consumo. Para agravar, o estímulo às importações, via câmbio irrealista e redução tarifária míope, tem reflexo negativo na oferta de emprego e não na redução do custo final dos produtos.

O entendimento nacional não pode sair sob a simples ameaça de que a outra alternativa é o agravamento da recessão e do desemprego. A vitória parcial do governo nas eleições da semana passada teve razões diversas que estão longe de representar o apoio da massa de trabalhadores ao programa econômico. Pelo contrário, o protesto dos votos brancos e nulos e ainda das abstenções por si só recomenda a reflexão serena sobre os rumos que o governo vem traçando para a economia do País.

Por mais forças ou cargos que detenham, o delegado Romeu Tuma não vai acabar com os cartéis e tampouco o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, irá fechar as torneiras da inflação, através da contenção da demanda. Os cartéis até ampliam as margens de lucros, com a queda dos custos de matérias-primas e componentes importados e também com a remuneração que a sua folga de caixa tem assegurada pelo Banco Central.

O eixo da discussão precisa mudar aqui e no exterior. Do contrário, a sociedade só ficará com o

ônus das viagens dos empresários à Brasília e das autoridades governamentais a Nova Iorque, repassando aos preços ou às despesas do Tesouro. O governo precisa usar a credibilidade que ainda dispõe para de fato viabilizar o entendimento nacional, com o amplo diálogo das questões básicas e não com ameaças ortodoxas ou heterodoxas.

Foi o governo que colocou o ajuste interno como ponto de partida para o equilíbrio do setor externo. Por isso, a classe trabalhadora não pode aceitar que, a partir da ortodoxia da carta de intenções ao FMI, o Brasil volte a buscar acordo externo com o preço da destruturação interna. Os empresários têm o fantasma da estagflação, na combinação de inflação elevada com recessão. Os trabalhadores sentem o risco de ter a conjunção ampliada de alta inflação, recessão, baixos salários e desemprego em massa.

As cartas estão com o governo. Na mesa do entendimento nacional, os trabalhadores cobram a distribuição justa dos sacrifícios, enquanto esperam que, em Nova Iorque, o governo revele mais competência ou mesmo resistência para que os encargos da dívida externa não tragam custos maiores a todos os brasileiros. Se não interessa ao País pagar a dívida externa com inflação, a sociedade também rejeita mais impostos, recessão, desemprego, arrocho salarial ou novos cortes nos serviços essenciais, como saúde e educação.

□ **Lourenço Ferreira do Prado** é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec).